

João de Barros: *A energia brasileira* e as imagens de Portugal-Brasil na Primeira República

João de Barros: A energia brasileira and the images of Portugal-Brazil in the First Republic

Luciana Lilian de Miranda

*Doutora em História Contemporânea pela FCSH da
Universidade Nova de Lisboa
Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de
História e Filosofia da Educação da
Universidade Metodista de Piracicaba
llm.miranda@gmail.com*

Resumo: O presente texto constitui-se como parte da nossa tese de doutorado em História, a qual buscou recuperar o percurso do reconhecido escritor-cidadão, poeta, pedagogo, publicista e republicano português João de Barros (1881-1960), enquanto protagonista da campanha pela aproximação cultural luso-brasileira, nos anos de 1912 a 1922. Neste artigo, procuramos abordar as impressões do poeta sobre o Brasil, após a sua primeira estadia no país. Nesse cenário, as primeiras imagens acerca da educação brasileira, das reformas urbanas promovidas no Rio de Janeiro, do contato com os intelectuais, principalmente João do Rio, emergem em *A Energia Brasileira* (1913), obra inaugural da campanha. Sendo assim, a problematização centrou-se nos principais temas abordados por Barros nesta obra, que retrata um estado de enamoramento do autor pela chamada energia brasileira, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e as suas gentes.

Palavras-Chave: João de Barros, Imagens e Relações Luso-Brasileiras.

Abstract: This text constitutes part of my doctoral thesis in history, which sought to recover the route of recognized Republican Portuguese writer-citizen, poet, educator and publicist João de Barros (1881-1960) as protagonist of the campaign for strengthening Luso-Brazilian culture in the years 1912 to 1922. In this article, I analyze the poet's impressions of Brazil, after his first stay in the country. His first writings about Brazilian education, urban reforms in Rio de Janeiro, contact with intellectuals, mainly João do Rio appear in *A Energia Brasileira* (1913). The main topics discussed by Barros in this work which depict a state of falling in love with the Brazilian way of life, the cities of Rio de Janeiro, São Paulo and its people, inaugurate the Luso-Brazilian cultural campaign.

Keywords: João de Barros, Images e Luso-Brazilian Relations.

Considerações iniciais

No presente artigo abordaremos as imagens construídas pelo escritor-poeta português João de Barros acerca das relações entre Portugal-Brasil, após a sua primeira estadia em terras brasileiras, em 1912. Esse contato inicial e as várias considerações sobre a cultura e a sociedade brasileiras da época foram narradas em sua obra inaugural, *A Energia Brasileira* (1913). A mesma deu início à campanha batizada pelo de Atlântica ou Luso-brasileira. Nesse contexto, dentre outras questões, destacaram-se a visão de Barros acerca da educação brasileira, das reformas urbanas promovidas no Rio de Janeiro, do contato com os intelectuais, principalmente João do Rio.

O nosso interesse em desvendar esse emblemático personagem do mundo das letras portuguesa, justifica-se, portanto, devido ao seu protagonismo na campanha pela aproximação cultural entre Portugal e Brasil, na primeira metade do século XX. Tal empenho pode ser conferido ao longo das onze obras dedicadas ao tema¹, ao lado dos inúmeros artigos publicados em periódicos e coletâneas. Devemos ressaltar ainda a fundação da revista *Atlântida*², numa parceria com o escritor brasileiro Paulo Barreto (1881-1921), o “João do Rio”³, dentre outras iniciativas que alimentaram a utopia do luso-brasileirismo ou luso-brasilismo.

O caminho escolhido para apresentar o nosso personagem e as suas imagens acerca das relações luso-brasileiras foi introduzir, num primeiro momento, dados para uma breve contextualização acerca da vida e obra do escritor. Num segundo momento, buscamos problematizar as imagens elaboradas pelo poeta quando da sua primeira estadia no Brasil, ao circular pelas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

¹ São elas: *A Energia Brasileira*, 1913; *Caminho da Atlântida*, 1918; *A aproximação luso-brasileira e a paz*, 1919; *Sentido do Atlântico*, 1921; *Heróis Portugueses no Brasil*, 1922; *Portugal, Terra do Atlântico*, 1923; *Olavo Bilac e Euclides da Cunha*, 1923; *O Caramuru: aventuras prodigiosas dum português colonizador do Brasil*, 1935; *Palavras ao Brasil: discursos*, 1936; *Alma do Brasil*, 1937; *Presença do Brasil: páginas escolhidas*, 1946; *Adeus ao Brasil*, 1961.

² *A Atlântida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil* foi publicada em Lisboa entre os anos de 1915 a 1920. Teve como diretores João de Barros em Lisboa e Paulo Barreto, no Rio de Janeiro. A revista nasceu da união entre os dois expoentes das letras, com o propósito de renovar e intensificar as relações luso-brasileiras.

³ O uso de pseudônimos era recorrente na imprensa e nas letras brasileira, assim como em outros países. Paulo Barreto utilizou-se de vários: Joe, Claude, Simeão, José Antônio José. Alguns destes coexistiram por determinados períodos e expressavam diferentes perfis, aproximando-se de heterônimos. No entanto, é curioso que o seu pseudônimo mais conhecido; João do Rio, lançado em 1903, tenha suplantado a identidade do escritor (RODRIGUES, 1996: 49).

Essas imagens, as quais emergem dos escritos de Barros acerca da sociedade brasileira do ano de 1912, encontram-se vinculadas à sua concepção da História de Portugal e do papel do Brasil na mesma. A experiência e as reflexões sobre o Brasil, assim como sobre as relações luso-brasileiras, contribuíram para que o poeta repensasse o próprio percurso português. Buscamos evidenciar esta relação, ao apresentarmos traços do posicionamento político do autor, do seu pensamento sobre a questão educacional e da corrente literária a qual se filiou.

João de Barros: algumas notas sobre vida e obra

João de Barros, nascido a 4 de Fevereiro de 1881, em Figueira da Foz (Portugal), recebeu inúmeras considerações elogiosas dos seus contemporâneos, sendo ainda reverenciado em contextos mais recentes pela sua obra e trajetória. No entanto, as palavras utilizadas pelo escritor brasileiro Ribeiro Couto, ao apresentar o poeta, parecem-nos reveladoras: “em desacordo com a tristeza poética da sua época [...] [João de Barros] era todo saúde, veemência, apetite de viver, apetite de agir. A altos gritos reclamava o sol nos dias de chuva [...]” (1946: XIV-XV).

Filho de Ernesto Afonso de Barros (1836-1927) e de D. Mariana da Costa Guia (1838-1883). Seu pai, Visconde da Marinha Grande, enriqueceu com o comércio. Apesar do título que lhe fora atribuído pelo rei D. Carlos, em 1897, Afonso de Barros era republicano. Foi uma personalidade de destaque em Figueira da Foz, onde se dedicou a causas beneficentes e desempenhou alguns cargos, tais como o de Vice-Cônsul do Brasil. Transmitiu ao filho a sua admiração e algum conhecimento sobre a literatura brasileira. Desde cedo, garantiu os meios para uma boa educação ao futuro poeta.

No seu percurso, João de Barros destacou-se como escritor, pedagogo e homem público, com participações na cena política da I República portuguesa (1910-1926). Nas suas palavras: “Sou e nunca desejei ser senão escritor, e, nas horas de menos modéstia, um poeta que teve ou pretende ter alguma coisa para dizer em seu entusiasmo ou fervor lírico” (*apud* MAGALHÃES, 1979: 9).

Enquanto escritor, publicou obras relevantes em diferentes vertentes, tais como: poética, educacional, crítica literária, relações culturais entre Portugal-Brasil, dentre outras. No campo da poesia destacam-se: *Versos* (1897), *Algas* (1898), *Terra Florida* (1909), *Anteu* (1912) e *Sísifo* (1924). No debate sobre a questão educacional: *A Escola e*

o Futuro (1908), *A Reforma da Instrução Pública* (1911), *A República e a Escola* (1914), *Educação Republicana e Educação e Democracia* (1916). Sobre a literatura: *O Povo na Literatura Portuguesa* (1931), *Pequena História da Poesia Portuguesa: esboço da sua evolução* (1941) e *Presenças Eternas* (1943). Contribuiu, ainda, ao fazer adaptações de clássicos da literatura para crianças, tais como: *Os Lusíadas Contados às Crianças e Lembrados ao Povo* (1930), *A Odisseia de Homero* (1933); *Viriato Trágico* (1940), *A Eneida de Virgílio contada às crianças e ao povo* (1947) e *Viagens de Gulliver* (1957), dentre outros títulos.

No seu percurso na vida pública militou no Partido Republicano Português, posteriormente, integrando-se à facção Democrática. Foi nomeado a vários cargos, sobretudo no âmbito da educação. Dentre as funções desempenhadas, destacamos: Diretor-Geral da Instrução Pública do Ministério do Interior (1910-1911), Secretário Geral (interino) do Ministério da Instrução Pública (1914), Diretor Geral do Ensino Primário (1915), Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública (1919), dentre outros. Foi ainda Deputado pelo Círculo de Lamego (1913) via lista do Partido Republicano Português e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1924-1925), durante o Governo Domingues dos Santos⁴.

Recebeu várias distinções ao longo da vida, das quais citamos: oficial da Ordem Leopoldo II (1920), do governo belga; a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (1923), do Presidente da República Portuguesa; a Grã-Cruz da Ordem El Sol del Peru (1925); a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul (1944), do Presidente da República do Brasil.

João de Barros era o que poderíamos chamar de um intelectual engajado e como tal dedicou-se à algumas causas, especificamente à questão educacional e à campanha luso-brasileira. No que tange à instrução pública, buscou combater o analfabetismo e promover uma educação nacionalista.

Defendia um ensino antidogmático e antiautoritário, que pudesse forjar a inteligência a partir do princípio da autonomia a ser desenvolvido na formação infantil. E assim propugnava: “Não dar ao futuro almas do passado, almas como as nossas vivendo do que já viveu, tremendo do que já não existe: - mas energias livres, indomadas, virgens – e aptas a tornar mais belas, mais intensas e mais complexas as ideias, as luctas, as

⁴ Cf. Efemérides organizadas pelos filhos de João de Barros (Henrique de Barros e Paulo de Barros), juntamente com Nota Final em *Adeus ao Brasil* (1961). Essa obra póstuma reuniu artigos escritos por Barros sobre variados temas brasileiros. Os mesmos foram publicados no jornal *Diário de Lisboa*, desde a sua última viagem ao país, em 1946.

ambições desse Futuro, que há de ser o seu presente” (BARROS *apud* FERNANDES, 1960: 17).

A respeito do papel desempenhado pelo escritor acerca da matéria, Rogério Fernandes teceu as seguintes considerações:

João de Barros foi uma das figuras de maior projeção durante a Primeira República, na esfera das questões educacionais, sobretudo nos sectores do ensino primário e secundário. Os livros que publicou sobre a matéria e as responsabilidades públicas que assumiu nesse domínio, devido aos cargos oficiais que ocupou no respectivo Ministério, tornaram a sua obra e a sua ação num documento significativo de uma das épocas mais importantes e decisivas da História da Instrução Pública no nosso País (BARROS *apud* FERNANDES, 1960: 12).

Outra causa, à qual se dedicou, foi a campanha pela aproximação luso-brasileira (ou Campanha Atlântica). Este é o tema da nossa reflexão. Pouco analisada, se compararmos aos estudos relativos à sua produção na vertente pedagógica, mas não menos importante ou consistente.

João de Barros deixou importante contribuição sobre as coisas e as gentes do Brasil, numa militância pela melhor compreensão entre as culturas portuguesa e brasileira. Em Nota Final, escrita pelos filhos do escritor (Henrique de Barros e Paulo de Barros) na obra póstuma *Adeus ao Brasil*, consta que o poeta veio a falecer ao entardecer de 25 de outubro de 1960, em Lisboa: “numa calma serenidade, depois de ter trabalhado de manhã na preparação de um artigo que se destinava ao Diário de Lisboa, onde há longos anos assiduamente colaborava, e cujo tema era uma vez mais o Brasil” (1961: 288).

Primeira viagem ao Brasil: imagens da terra e das gentes

João de Barros foi convidado a apresentar em Portugal uma conferência em comemoração ao aniversário da República Brasileira nos idos de 1912, poucos meses após o retorno da sua primeira viagem ao Brasil. A propósito do convite, recorreu às seguintes palavras como justificativa: “[...] o entusiasmo ardente com que há pouco regressei do Brasil, seduzido, maravilhado, encantado com o país admirável” (1913a: 11).

A conferência teve lugar no antigo Teatro da República (atualmente, Teatro São Luiz), na Lisboa de 14 de novembro do referido ano.

Essa primeira declaração sugere o estado de arrebatamento do nosso poeta pelo Brasil. As imagens geradas pelo debute em terras brasileiras nos servirão de guia para situarmos algumas das questões, as quais permearam as leituras sobre a relação Portugal-Brasil no período.

Convicto na sua defesa do regime republicano, João de Barros argumentava que a estrutura criada e mantida pelo Império não fora capaz de suportar as mudanças e as forças progressivas manifestas na sociedade brasileira da época. Nesse sentido, a implantação da República no Brasil (1889), fez-se para: “abrir caminho à civilização, permitir que se desenvolvessem, que triunfassem as forças latentes d’aquela país prodigioso de vitalidade. Por isso, nós, portugueses, devemos celebrar esta data com especial carinho: - a nossa revolução republicana⁵ também significa desejo de viver mais e melhor” (BARROS, 1913a: 10-11).

Conforme referido, na conferência de 1912, João de Barros discorreu sobre a sua primeira viagem ao Brasil, deixando as suas imagens acerca daquele país, sobretudo, dos lugares por onde circulou nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. No ano seguinte, a mesma foi publicada e deu origem ao livro intitulado *A energia brasileira*.

A obra foi dedicada fraternalmente ao amigo escritor João do Rio, responsável pelo convite e pela recepção de Barros no Brasil. Na segunda viagem⁶ de visita à Europa, em 1911, João do Rio esteve em Lisboa e defendeu exaltadamente uma aproximação cultural luso-brasileira oficial. Esse episódio ocorreu junto da Livraria Teixeira, um dos pontos de reuniões dos escritores da época, num encontro com os amigos Manuel de Sousa Pinto (1880-1934)⁷ e João de Barros.

⁵ Alguns estudos analisaram as relações estabelecidas entre o republicanismo brasileiro e o português. Segundo Luísa Barbosa, observou-se um considerável destaque à “Revolução Brasileira Republicana” de Novembro de 1889, atribuído pela propaganda republicana portuguesa, registrada nos periódicos que defendiam este ideário. Os vapores e telégrafos foram importantes aliados para ultrapassar as barreiras de comunicação e possibilitar um intercâmbio de ideias entre os republicanos dos dois países (BARBOSA, 2002: 15-16). Cf., ainda, SILVA, 2013.

⁶ A primeira realizou-se em 1909. Esta deu origem aos relatos e crônicas publicados no livro *Portugal d’Agora*, editado em 1911 com dedicatória à João de Barros e ao escritor Manuel de Sousa Pinto.

⁷ Manuel de Sousa Pinto foi escritor, historiador, professor universitário, publicista e crítico literário, de arte e dança. Nasceu no Brasil, no entanto, cresceu e educou-se em Portugal. Dirigiu juntamente com João de Barros a revista *Arte e Vida* (1904-1906), publicada em Coimbra. Foi um grande conhecedor da literatura brasileira e um dos professores da cadeira de Estudos Brasileiros da Universidade de Lisboa, entre 1923-1934. Publicou o livro *Terra Moça*, em 1910, com vários textos nos quais registrou as suas leituras sobre fatos, lugares e costumes brasileiros, oriundos das estadias no país (SARAIVA, 1973).

No retorno ao Rio de Janeiro, o escritor carioca levou adiante a ideia do aprofundamento das relações entre Brasil e Portugal. Nesse sentido, incentivou os dirigentes da elite da colônia portuguesa da capital a convidar intelectuais lisboetas a visitarem o Brasil. Obteve, ainda, apoio do então Ministro das Relações Exteriores, Lauro Muller, neste projeto. O primeiro convidado desta iniciativa viria a ser João de Barros (RODRIGUES, 1996: 146).

A partir dessa primeira experiência em terras brasileiras afirmou-se o entusiasmo de Barros pelo país. Esse foi o ponto de partida da Campanha Atlântica ou Luso-brasileira. A dedicação a essa causa apresentou-se nos escritos e iniciativas realizadas pelo poeta com o objetivo de sensibilizar o público acerca da importância de uma aproximação entre Portugal e Brasil. A denominação Campanha Luso-brasileira⁸ apareceu como subtítulo nas obras consecutivas: *Caminho da Atlântida* (1918) e *Sentido do Atlântico* (1921).

Para entendermos o empenho de João de Barros ao que intitularemos de “a causa luso-brasileira”, considerada por alguns de seus contemporâneos um verdadeiro apostolado, é necessário recuperarmos como o escritor concebia o seu país. É, portanto, a partir dessa visão e do seu comprometimento com a pátria portuguesa que a aproximação com o Brasil assume um significado. Essa questão ficará mais clara ao situarmos a filiação do poeta à corrente literária do neo-romantismo vitalista e o conceito de energia formulado a partir dessas referências.

Nessa perspectiva, é interessante pensar no conceito de energia, proposto pelo autor na primeira obra da campanha. Ao estabelecer uma analogia entre as fadas, a sua magia e a energia humana, dizia João de Barros:

[...] Não sei porque, sempre julguei que as fadas representavam uma humanidade superior, e esta varinha mágica, e o gesto que a agitava, representavam, simbolizavam (que Anatole France, o autor de tão lindas interpretações de contos de fadas, me perdoe esta interpretação!...) – uma superior vontade humana vencendo os obstáculos da vida, as circunstâncias

⁸ Cabe aqui uma breve reflexão sobre o termo luso-brasileiro. Deve-se ressaltar, que a apropriação do mesmo no sentido de uma comunidade intercultural remete ao início do século XX. Nelson Vieira considera o uso da expressão para se descrever o movimento de interação cultural promovido, sobretudo, nas primeiras décadas do século entre intelectuais dos dois países. No seu estudo acerca da imagem recíproca, difundida nas obras literárias entre Portugal e Brasil, afirma: “Em outras instâncias, o termo é usado simplesmente para fazer alusão à existência (préséculo XX) de elementos culturais relevantes para ambos os países” (VIEIRA, 1991: 15).

más que nos deprimem, as dúvidas e as fraquezas que a negam (1913a: 13-14).

Afirmou ainda que acreditava na ilimitada confiança do poder da humanidade e “na permanente victoria do homem sobre o mundo” (BARROS, 1913a: 15). No entanto, tal fé teria sido abalada pelas dificuldades e apatia da vida, refletidas no lento processo de ressurgimento de Portugal; “eivado ainda de tantas das fraquezas que os seus antigos governantes lhe communicaram” (BARROS, 1013a: 16).

O convite para a viagem ao Brasil, dizia o nosso poeta, o resgatou deste estado de fadiga e desânimo. E assim o desembarque no Rio de Janeiro foi identificado como a chegada ao “país quimérico das fadas n’um país em que os homens possuíam – os felizes! Essa mesma varinha de condão, essa energia criadora” (BARROS, 1013a: 19).

A energia tratava-se da exaltação do poder realizador do trabalho, daquilo que é produto do esforço humano. O conceito de energia e o sentido de exaltação à vida propagado por João de Barros teve como base as ideias defendidas pelo neo-romantismo vitalista e emancipalista português do início do século XX.

Essa corrente literária, da qual o poeta tornou-se um grande expoente, propunha uma literatura de “intuitos”, com vistas à intervenção na realidade. Os críticos e escritores empenhados nesse movimento repudiavam a literatura como mero gozo artístico e defendiam uma subversão dos modelos tradicionais de mentalidade e de comportamentos, comprometidos: “no combate de ideias e nas movimentações políticas - em nome de opções ‘progressistas’ republicanas e maçónicas, por vezes também socialistas ou anarquistas” (SEABRA PEREIRA, 2010: 339). Apesar da pluralidade ideológica, esse grupo convergia no republicanismo e no anti-clericalismo.

No contexto da viragem do século XIX para o XX, nota-se uma retração das correntes simbolista e decadentista, permeada por uma crescente valorização da tradição nacional em oposição ao cosmopolitismo. Entre o *Ultimatum* inglês (1890)⁹ e o Regicídio (1908)¹⁰ evidenciou-se o fortalecimento das pressões pelo engajamento literário, o qual

⁹ O *Ultimatum* consistiu na exigência das autoridades inglesas feitas ao governo português, a 11 de janeiro de 1890, reclamando a retirada imediata das forças militares portuguesas mobilizadas nos territórios entre Angola e Moçambique, atualmente Zimbabwe e Malawi. Caso a exigência não fosse cumprida por Portugal, a Inglaterra avançaria com uma intervenção militar. Cf. interpretações sobre esse episódio da História Portuguesa em TEIXEIRA, 1987.

¹⁰ O Regicídio ocorrido em 1 de Fevereiro de 1908, na Praça do Comércio em Lisboa, marcou a História de Portugal, tendo em vista que nesse episódio foram assassinados o Rei D. Carlos e o seu filho e herdeiro, o Príncipe D. Luís Filipe, em meio à crise da Reforma da Monarquia Constitucional vivenciada na época. Sobre esse acontecimento cf., SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui, 2008.

seria legitimado nas poéticas neo-românticas. Eram tempos de “poeta-cidadão” e de “escritor-guardião da Pátria” contrários à apatia literária finissecular manifestas na escrita simbolista e decadentista (SEABRA PEREIRA, 2010: 356).

As ideias e literatura expressas pelo vitalismo neo-romântico português tornaram-se hegemônicas na primeira década do século XX. Entretanto, nas décadas consecutivas foram ofuscadas por outras duas correntes neo-românticas: a saudosista e a lusitanista. Interassa-nos, nesse momento, discorrer um pouco mais acerca do vitalismo para entendermos melhor a matriz do pensamento de João de Barros, tendo em vista o peso desta influência na visão do poeta sobre o Brasil.

O núcleo fundador desta corrente teve como principais representantes os então jovens escritores e críticos republicanos; João de Barros, Mayer Garção (1872-1930) e Sílvio Rebello (1879-1933), os quais constituíram o eixo Coimbra-Lisboa. Registrou-se ainda um desdobramento portuense em torno de Manuel Laranjeira (1877-1912). A proposta de renovação literária teve visibilidade por meio do lançamento de periódicos, tais como; *Revista Nova* (Lisboa, 1901-1902), *Mocidade* (Lisboa, 2ª e 3ª séries, 1902-1906), *Arte & Vida* (Coimbra, 1904-1906) e também da publicação de textos em jornais republicanos, como *O Mundo*¹¹ e *O Norte*¹².

Os autores do vitalismo neo-romântico tinham origem social predominantemente na pequena e média burguesia urbana. Para além dos principais expoentes citados, podemos acrescentar: Nunes Claro (1878-1949), Bernardo de Passos (1876-1930), Angelina Vidal (1847-1917), Campos Lima (1877?-1956), Tomás da Fonseca (1887-1968), José Augusto de Castro (1862-1942), Eduardo Metzner (1889-1922), Ângelo Jorge (1883-1922), Joaquim Manso (1878-1956), Manuel de Sousa Pinto, João de Deus Ramos (1878-1953), Ramada Curto (1886-1961), dentre outros.

Segundo Seabra Pereira, o embasamento filosófico da corrente vitalista era heterogêneo. A herança do século XIX aparecia no destaque concedido ao monismo de Haeckel (1834-1919)¹³, expressivo na recepção e influência exercida pela obra do biólogo

¹¹ Importante órgão combativo da imprensa republicana, publicado no período de 16/09/1900 a 9/12/1935. O jornal foi fundado em Lisboa pelo jornalista António França Borges em 1900, que o dirigiu até a sua morte em 1915.

¹² Diário Republicano, publicado na cidade do Porto entre 1900-1910 (MATOS FERNANDES, 1978).

¹³ Filósofo e naturalista alemão, divulgou o evolucionismo social contrapondo-se ao obscurantismo dos religiosos nesta questão. Defendeu que cada indivíduo reproduz a evolução geral da natureza. Desenvolveu a filosofia monista, na qual estabelece o vínculo entre a matéria e espírito: “uma concepção unitária da natureza inteira [...] um espírito está em tudo e todo o mundo conhecido existe e se desenvolve por uma lei fundamental comum. Por isso insistimos particularmente na unidade fundamental da natureza orgânica e inorgânica, cuja última começou relativamente tarde a evolucionar da primeira [...] repelimos a diferença habitual entre a ciência da natureza e a do espírito [...] as duas não fazem mais do que uma. A nossa

francês Félix Le Dantec (1869-1917)¹⁴. Essas referências tornaram João de Barros e os seus companheiros agnósticos empedernidos. Igualmente herdeiros do jacobinismo e do naturalismo literário francês, esses escritores refletiam uma atitude mental que:

deixa de se angustiar perante o correr do tempo, para cuidar de fruir com euforia a existência; ignora o tédio e exige a aceitação originária da vida toda, enquanto dado irrecusável da condição humana, da situação do homem que se descobre apenas vivente; condena o mal introduzido nessa vida: não o mal metafísico, mas os males praticados por homens submetidos a preconceitos sociais e a forças ideológicas obscurantistas; encara como dado natural que a vida se configure como luta, mas transforma esse dado em atitude consciente e voluntária, dando-lhe a dimensão de ação transformadora do mundo, sob o signo do optimismo (SEABRA PEREIRA, 1983: 854).

Um outro paradigma importante associado à corrente literária e com destaque na escrita de João de Barros trata-se do Super Homem nietzschiano¹⁵. A vontade de fazer e de querer expressa nos poemas e exaltada nos textos educacionais, inspira-se neste “Super-Homem” ou “além do homem”, aquele que é capaz de ultrapassar a si próprio. A ideia da superação aparece também nas metáforas do poema “O Velho Navio” (CAMILOTTI, 2013: 207) ao sugerir uma leitura sobre os destinos do país. Nesses versos, o poeta incita os portugueses a superar a velha cantilena do passado glorioso e inventar um futuro:

Quebra as amarras,
Navio triste, adormecido junto ao cais!
Não ouças mais

concepção monista do universo pertence pois a esse grupo de sistemas filosóficos que se designam, sob um outro ponto de vista, com os nomes de mecanistas ou panteístas [...] subsistem no entanto as idéias fundamentais comuns da unidade cósmica, da solidariedade inseparável da força e da substância, do espírito e da matéria ou, como também se pode dizer, de Deus e do mundo” (HAECKEL, 1908: 11-12).

¹⁴ Biólogo e positivista dissidente a quem foi associado à utilização do termo “cientificismo”. Segundo esta concepção, a ciência seria capaz de resolver todos os problemas humanos, assumindo atributos da religião. Criou uma espécie de metafísica monista, conhecida também como filosofia biológica. Segundo esta filosofia, a realidade total compreendia a unidade entre a matéria, a vida e o espírito. Colaborou na revista *Arte & Vida*. Obras: *L'individualité et le erreur individualiste*, (1897), *L'athéisme* (1906), *Éléments de philosophie biologique* (1911), *L'égoïsme seule base de tout société* (1911), *Contre la métaphysique* (1912), *Le problème de la mort et la conscience universelle* (1917), dentre outras. Cf., PÉREZ, 1918.

¹⁵ Nesta perspectiva; “[...] Nietzsche é visto como médico duma cultura enferma e o seu pensamento saudado como fio de Ariadne, capaz de orientar o homem para a saída do labirinto do pessimismo vigente. É a essa luz que João Grave e João de Barros, entre outros, abordam o seu pensamento” (MONTEIRO, 1997: 35-36).

A voz nervosa, a voz chorosa das guitarras
[...]
Parte depressa, foge breve, ó meu Navio,
É o futuro que te chama, ó coração!
[...]
Vae para o Mar!
Pois só o Mar, que é traiçoeiro, é que não mente:
- Floresce em ilhas para o naufrago impaciente
E para o sonho que deseja repousar.
Simples miragem?... O que importa? Se a miragem
Nos trouxe a febre de partir e de aportar,
A primavera renascente da viagem!...
Deixa o Passado junto ao cais, ó meu Navio!
[...]
Vae para o Mar! [...] (BARROS, 1913b: 53-55).

276

O desejo de ir além deveria ser mobilizado pela miragem de um futuro a ser construído. É nessa busca de uma imagem ou de sentidos nos horizontes em que vão se romper novas auroras que a proximidade com o Brasil assume um significado. O encantamento provocado pela sua primeira estadia na “terra de luz”¹⁶ acena com um sentido de porvir. É a partir dessa viagem, que o Brasil se faz presente ao longo dos anos na obra de Barros, enquanto utopia e terra prometida das concepções antropológicas. Emerge como o país da plena energia como modelo e *dynamis* do programa estético-político que a “literatura de intuitos” se infligiu (SEABRA PEREIRA *apud* CAMILOTTI, 2013: 210).

Ao seguir o relato em *A energia brasileira*, nota-se que o poeta observava, a partir dos primeiros contatos, que havia um empenho em se chamar a atenção para o trabalho de transformação e de modernização empreendido no Rio de Janeiro. Nesse sentido, enfatizava o tom do diálogo estabelecido na sua chegada: “o amigo que me levava de automóvel a visitar a cidade, só me falava das Avenidas Novas, do Teatro Municipal, dos novos hotéis que estavam a construir-se, dos melhoramentos que iam fazer-se” (BARROS, 1913a: 25).

¹⁶ Título de abertura conferido por João de Barros aos três poemas dedicados ao Brasil (BARROS, 1913b: 57).

A certo momento da conversa, Barros não se conteve e perguntou quando é que lhe ia falar da magnífica paisagem carioca e levá-lo a conhecê-la. Feita a interpelação ouviu: “Ah! Respondeu ele, sem grande entusiasmo. V. quer ver a natureza?” (BARROS, 1913a: 25). Então o “inteligentíssimo, *raffiné*” cicerone o levou a conhecer a Quinta da Boa Vista.

Ao que avaliou João de Barros, só era então digna de ver-se a obra realizada pelo homem: “Pedira-lhe a natureza, a natureza extreme - e ele mostrara-me um parque, isto é, a natureza obediente ao capricho humano, amestrada, regrada, domada. Não falei mais na Tijuca – e fui lá sozinho d’áí a dias! [...]” (1913a: 26-28). Percebe-se aqui uma necessidade em se evidenciar o trabalho realizado, para além da natureza deslumbrante e seu efeito ofuscante, já deveras consagrado pela literatura e presente no imaginário sobre o país tropical.

Cabe observar que o Rio de Janeiro, o qual emergia dos relatos dos viajantes da segunda metade do XIX, não era nada glamoroso. Em grande parte, predominavam as descrições do “temor do morticínio periódico causado pela febre amarela e o desprezo pelas ruas sujas e superlotadas, pelo mau gosto e fedor de sujeira, suor e perfume dos locais públicos” (NEEDELL, 1993: 53).

O poeta deixou-se contagiar, em certa medida, pelo discurso progressista afrancesado, o qual formava uma dada cultura de elite da capital brasileira dos finais do XIX e inícios do XX. São os anos da chamada *Belle Époque Tropical* por Jeffrey Needell, o momento em que o “Rio civilizava-se”. A cidade foi transformada, por meio de reformas urbanas e medidas de higienização, sobretudo entre 1898 e 1914.

A capital carioca, principal porto de entrada ao país, devia transpirar modernidade e um enquadramento estético, segundo os padrões europeus. Afinal, era uma vitrine do Brasil Republicano que se queria moderno. Os jornais da época noticiavam as opiniões em torno das mudanças propostas e do movimento do “bota-abaixo” para se promover a modernização. “A elite celebrava não só o que era feito, mas também o que era desfeito” (NEEDELL, 1993: 67).

A construção de novas avenidas, túneis implicou no arrasamento de habitações populares consideradas anti-higiênicas¹⁷. A região central da cidade era composta pelos

¹⁷ Herdeira de uma predisposição neocolonial, as elites urbanas republicanas, em aliança com as elites regionais agrícolas, dedicaram-se a mudar essa visão de atraso. Tais elites elegiam o paradigma europeu como exemplo de civilização. O desenvolvimento projetado pela França e a Inglaterra eram grandes referências neste cenário. Sob a presidência do paulista Rodrigues Alves, nos anos de 1902 a 1906, as principais obras foram efetuadas. O então presidente nomeou Francisco Pereira Passos (1836-1913), filho

chamados cortiços, onde residia a classe pobre em meio às péssimas instalações de moradia. João do Rio, em *Alma Encantadora das Ruas* (1908), conseguiu transmitir-nos o ambiente aterrador das hospedarias ou casas de cômodos:

Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentávamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos (1910: 214).¹⁸

Deve-se acrescentar que, aos olhos do regime republicano, os traços lusitanos e africanos eram considerados herança indesejável do Império. Sendo, portanto, uma das diretrizes presentes nas reformas urbanas o apagamento desses vestígios. Buscou-se “substituir com violência a arquitetura de origem lusitana e os costumes e meios de transporte luso-africanos das ruas, mercados, praças e subúrbios do Rio de Janeiro” (FREYRE *apud* OLIVEIRA, 1990: 93-94).

Em Portugal D’Agora, João do Rio descrevia, em 1909, uma Lisboa também afrancesada na arquitetura e nas maneiras. Relatava ainda problemas nos serviços de transporte e exposição da miséria mendicante e de pés descalços, próximos ao que se vivenciava no Rio do seu tempo. Descobria ainda uma cidade pequena e sem o “desdobramento de palácios e de grandes artérias” (1911: 54-56) em comparação à então capital brasileira.

Na sua visita à cidade do Porto, o escritor fez referência à semelhança com o Rio antigo, anterior às reformas urbanas. Identificava-a como integralmente diversa de Lisboa e com características de progenitora do Rio: “Basta lá passar uma semana para se ter

de cafeicultor que havia estudado engenharia civil e aperfeiçoado os seus conhecimentos em Paris, para governar o Rio e implementar a reforma urbana. Para além do embelezamento de praças e largos, os agentes reformadores proibiram antigas tradições, as quais faziam-se presentes desde o período imperial. Já não eram mais permitidos certos costumes qualificados de “bárbaros” ou “incultos”, mediante justificativas de preservação da saúde e da boa higiene (NEEDELL, 1993: 54-58).

¹⁸ Segunda edição de *Alma Encantadora das Ruas* em 1910.

certeza de que foi a gente do norte de Portugal que formou as nossas cidades e que ainda hoje fornece ao nosso movimento maior contingente [...]” (RIO, 1911: 237).

O Rio de Janeiro apreciado por João de Barros emergiu desse processo de reformas. Nota-se, ainda, que o poeta assumia uma posição entusiástica e, até certo ponto diplomática, ao tecer elogios aos governantes responsáveis pela transformação da cidade:

Construir, como há pouco notei, 3000 casas por ano, em S. Paulo; dar salubridade e conforto, n’um abrir e fechar d’olhos, ao Rio de Janeiro, como sucedeu sob a presidência do eminente Rodrigues Alves, auxiliado por homens da envergadura do dr. Lauro Muller, o atual, e inteligentíssimo ministro das Relações Exteriores (BARROS, 1913a: 33).

João de Barros não estava, portanto, acima das alianças políticas que se estabeleciam em prol de causas comuns. Deve-se aqui lembrar que o Ministro Lauro Muller¹⁹ era próximo a João do Rio e foi um dos incentivadores da aproximação luso-brasileira. Tornar-se-ia apoiador oficial da revista *Atlântida*, publicação dirigida pelos dois Joões, mencionada anteriormente²⁰.

Segundo João de Barros, a energia, a vontade criadora, também se fazia presente na vida intelectual brasileira. Para além dos elogios à produção literária, às artes e ao jornalismo, o poeta conferiu grande destaque à qualidade do ensino, sobretudo em São Paulo. Teceu considerações elogiosas ao sistema educacional paulistano da época: “o governo de S. Paulo interessa-se vivamente pelo problema da instrução. Basta dizer-se que se gasta com a instrução um quinto da despesa total do Estado” (BARROS, 1913a: 34-35). O poeta faz tal consideração em contraposição à iniciativa pedagógica nula ou nociva do Estado Português, segundo o seu ponto de vista.

Na altura em que pronunciou tal crítica fazia-se recente a sua passagem pelo primeiro Governo Republicano em 1910. Barros tornou-se membro do Partido Republicano desde os tempos universitários²¹. Esta filiação e o fato de ter se destacado

¹⁹ No Governo de Rodrigues Alves (1902-1906), Muller foi Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e um dos idealizadores da Avenida Central (atualmente, Av. Rio Branco), o mais representativo símbolo da *belle époque* carioca. Foi ainda Ministro das Relações Exteriores nos Governos Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) e Venceslau Brás (1914-1918). No entanto, Muller renunciou ao cargo em 1917, devido aos conflitos gerados no contexto da I Guerra, cedendo às pressões em função das suas raízes alemãs (NEEDELL, 1993: 58).

²⁰ Cf.: RODRIGUES, 1996: 146.

²¹ Cursou Direito na Universidade de Coimbra entre 1898 e 1904, no entanto, optou por seguir a carreira do Magistério. Concorreu, em 1905, ao cargo de professor do ensino liceal nas disciplinas de Português e Francês, tendo obtido o primeiro lugar na classificação (ARAÚJO, 2004: 15).

na carreira pedagógica, favoreceram a sua nomeação ao cargo de Diretor Geral do Ensino Primário, logo após a instauração da República portuguesa (1910). Esse departamento e todas as pautas relacionadas à instrução encontravam-se submetidos ao Ministério do Interior, sob o mandato de António José de Almeida.

Após assumir o cargo, o pedagogo tomou algumas medidas importantes, dentre as quais: a abolição do ensino religioso nas escolas primárias e normais primárias, o apoio à ação alfabetizadora das escolas móveis²² e a criação de estações escolares ao ar livre (ARAÚJO, 2004: 15).

Na sua primeira obra sobre a questão educacional (*A escola e o futuro*, 1908), o poeta explicitou os seus conhecimentos sobre as novas correntes pedagógicas e a ênfase dada ao papel da criança na sociedade. O interesse pelas crianças no alvorecer do século XX, justificava-se “pela certeza do Futuro que elas representam, mesmo se elas ainda não têm consciência disso” (ARAÚJO, 2004: 22).

João de Barros ao pensar num novo encaminhamento para a instrução em Portugal, orientava-se pelas modernas teorias da época, sobretudo o movimento da Educação Nova dos fins do século XIX. O poeta teve contato com a vanguarda pedagógica na viagem de estudos, realizada em missão oficial²³, quando visitou diferentes estabelecimentos europeus de educação primária e secundária, no ano de 1907. Grande parte dessa experiência e observações foram relatadas na sua obra *Escola e o futuro* (1908).

A Educação Nova fundamentava-se nos estudos positivistas no âmbito da Psicologia infantil. Nesse sentido, a criança não era vista como um adulto em miniatura, conforme a escola tradicional, mas com características específicas e evolução própria. Priorizava-se nesse sentido o desenvolvimento progressivo da autonomia infantil (ESTEVES DE OLIVEIRA, 2001: 151).

Em síntese, esta corrente defendia um processo de aprendizagem centrado nos interesses e necessidades dos educandos, na cooperação e na resolução de problemas práticos em contraposição à transmissão de saberes. Privilegiava-se ainda a experiência e

²² Implantadas pela República a partir de 1913, as Escolas Móveis destinavam-se a suprir a falta de estabelecimentos de ensino em várias localidades do país. As mesmas visavam, sobretudo, combater o analfabetismo dos adultos (SERRÃO, 1981: 29).

²³ Com o intuito de se promover uma reforma da instrução pública nas instituições portuguesas, a Presidência do Conselho de Ministros da época fomentou um concurso de bolsas de estudos para professores que se dispusessem a realizar viagens e recolher informações sobre os métodos de ensino em diferentes países europeus, tais como: Alemanha, Inglaterra, França, Áustria, Suíça, Bélgica, Suécia e Itália (ARAÚJO, 2004: 12).

a observação, com vistas à utilidade para a vida prática (ESTEVEZ DE OLIVEIRA, 2001: 152-153).

Este movimento deve ainda ser pensado à luz do contexto em que foi gestado. Surgiu no período de implantação dos regimes republicanos e democráticos em vários países. Essas novas realidades necessitavam de formar cidadãos ativos, essenciais para a construção das democracias.

Uma outra questão importante, a qual sobressaía-se no pensamento de Barros acerca do ensino era a interação entre o aluno e a natureza. Isto apareceu na sua reflexão sobre a energia brasileira. Barros dizia não querer provar que a relação dos brasileiros com a terra constituía-se no principal elemento formador da sua energia. No entanto, ao seu ver, tal relação desempenhava um papel importante no modo de ser brasileiro (BARROS, 1913a: 31).

Para fundamentar a sua argumentação, citava o exemplo de um engenheiro brasileiro que se propôs a construir um caminho de ferro num local tão perigoso, que os colegas de profissão estrangeiros se recusaram a segui-lo. Nas palavras de João de Barros: “É a natureza exaltando, educando o homem n’uma escola de força e de ousadia, chamando-o para novas conquistas, desafiando-lhe a coragem, tornando maior a nossa sede insaciável de dominar, de submeter a Terra” (1913a: 31-32).

A ênfase na relação educando-natureza teve como base o programa desenvolvido por um educador Belga, Jean-François Eslander²⁴, o qual partilhou as suas ideias com o poeta durante a viagem de estudo de 1907. Segundo esse modelo, na chamada primeira educação, o aluno devia interagir com o meio ambiente (uma quinta, um jardim ou um pomar) e a partir desta interação dar-se-ia o aprendizado. Nessa fase, o papel do professor seria o de fazer observações e suscitar perguntas a partir das práticas desenvolvidas. Somente na segunda educação a intervenção do docente tornar-se-ia gradualmente maior. O educador começaria a orientar os alunos, como expositor ou auxiliar, estabelecendo relações entre os saberes adquiridos, elucidando-os acerca da necessidade do livro (ESTEVEZ DE OLIVEIRA, 2001: 159).

A política educativa dos primeiros governos republicanos portugueses voltou-se para alguns problemas, considerados fulcrais, sendo os mesmos: o analfabetismo, a escolarização, a formação e o estatuto dos professores. A ênfase das reformas educacionais tiveram como alvo o ensino primário, tendo em vista o combate ao

²⁴ Jean-François Eslander (1865–1948) foi autor de obras relevantes, tais como: *L’éducation ou point de vue sociologique* (1898) e *L’Ecole Nouvelle* (1904).

analfabetismo da população. Algumas fontes de época apontam que o analfabetismo atingia cerca de 80% da sociedade portuguesa dos fins do século XIX (ESTEVEZ DE OLIVEIRA, 2001: 186).

O comprometimento de João de Barros com a questão educacional e suas observações sobre a mesma no Brasil, acabou por ocupar um considerável espaço na obra inaugural da Campanha Atlântica.

Uma outra questão discutida pelo poeta, em decorrência da sua primeira viagem, referia-se aos critérios dispensados ao ensino da língua portuguesa. É um tema curioso, tendo em vista que nos dias correntes ainda há debates em torno do novo acordo ortográfico entre os países falantes de Língua Portuguesa, implementado em 2009. Torna-se, portanto, mais interessante ter em perspectiva essa visão de época.

Nesse sentido, João de Barros identificava diferenças entre São Paulo e Rio. Na primeira cidade havia, segundo o autor, uma preocupação com o ensino do português clássico e puro: “o cuidado não afrouxa nunca. Mesmo a colocação dos pronomes, que em geral, no Brasil é diversa d’aquela que nós lhe damos, em S. Paulo é rigorosamente exigido que a façam à nossa maneira” (BARROS, 1913a: 44-45).

282

Contudo, no Rio de Janeiro não se impunha o mesmo rigor. Tal diferença, aos olhos do escritor, justificava-se pelo fato de que em São Paulo a língua era considerada um agente indispensável de nacionalização. Havia preocupações em função da influência das colônias estrangeiras, sobretudo a Italiana, mas não só, bastante ativa na cidade e em algumas regiões do país. O poeta cita partes do discurso proferido pelo então diretor da Escola Normal de São Paulo, o professor Oscar Thompson, na qual estabelecia considerações acerca da relação entre a educação e o elemento cultural estrangeiro:

Mas queremos a escola que se oponha á formação d’uma pequena Alemanha no sul do nosso país, de um pequeno Portugal no Rio e de uma pequena Itália em S. Paulo. Sim, essa escola, como a queremos, jamais permitirá a dispersão da fisionomia nacional; e, do nosso passado, quer nos dias de paz, quer nos dias de guerra, tirará grandes ensinamentos para formar o espírito da nova geração brasileira (BARROS, 1913a: 44).

Daí a necessidade da ênfase no ensino da língua portuguesa às crianças estrangeiras. O poeta fazia ainda uma ressalva acerca do discurso de Thompson opondo-se à ideia da formação de um pequeno Portugal no Rio. Não deveria haver receio desse

tipo quanto ao português, visto que como o brasileiro é um “cidadão da terra onde habita” (BARROS, 1913a: 43). A partir dessa premissa, Barros justificava o menor rigor quanto ao ensino do português no Rio, pois lá não se temia a grande influência estrangeira a combater. No seu entender, a colônia portuguesa não era vista como estrangeira (BARROS, 1913a: 44).

Alguns estudos, os quais abordam as representações criadas em torno do imigrante português e da colônia portuguesa no Rio da primeira metade do século XX, nos auxiliam a problematizar tal visão. Nesse sentido, em *Aqui também é Portugal*, Heloísa Paulo²⁵ considera que o imigrante português distinguia-se dos demais por falar a mesma língua do país de acolhimento, apesar de manter-se como um grupo próprio. Contudo, acerca da tão propagada imagem dos traços culturais partilhados afirma que esses, muitas vezes, “só existentes nas argumentações dos discursos diplomáticos, o português, como os outros emigrantes, sofre o estigma de ser diferente, de estar em terra alheia” (PAULO, 2000: 18).

Jorge Alves, ao analisar o processo de imigração portuguesa e a vertente xenófoba de alguns grupos da sociedade brasileira, traça comentários acerca de tais imagens. Por um lado, havia uma percepção em torno do português como o comerciante bronco, analfabeto e adulterador do peso, a qual tornou-se um lugar-comum na imprensa anti-lusitana, especialmente nos momentos de agravamento da crise social (ALVES, 1999: 40).

As origens de um olhar ambíguo e dos estereótipos criados em torno dos imigrantes lusos remontavam a relação colonizador-colonizado e ao processo de formação da identidade nacional brasileira. Ao longo do século XIX, sobretudo no pós-independência, a ambiguidade no que concernia à Portugal e à cultura portuguesa fortaleceu-se. Nesse processo, os estereótipos, tais como, bronco, inculto, tacanho ganhavam força em decorrência da crescente imigração portuguesa.

Esta visão convivia com uma outra construída pela elite da colônia portuguesa do Rio de Janeiro; a do português obediente, trabalhador, apolítico, ou seja, a do imigrante ideal para a ordem social vigente²⁶. Foram produzidas obras, nas quais legitimou-se um

²⁵ Nessa obra a autora busca, por meio do estudo da colônia portuguesa radicada no Rio de Janeiro, recuperar a trajetória da adesão dos emigrantes ao salazarismo. Para isto, lança mão de uma análise mais ampla da proposta ideológica do Estado Novo português e da própria realidade do emigrante. Embora o período recortado seja o pós-1930, em algumas partes do trabalho Paulo remete-se às décadas anteriores.

²⁶ Essa imagem do português apolítico foi incorporada, em certa medida, por uma parte da historiografia brasileira que se dedicou à História do Movimento Operário na I República. Daí emergia o mito do protagonismo dos imigrantes de outras nacionalidades (sobretudo, dos italianos e dos espanhóis) em

discurso da permanência e continuidade históricas entre os dois países. Exemplo significativo nesse sentido foi a coletânea *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (1921-1924), dirigida pelo jornalista, cronista e historiador português Carlos Malheiro Dias.

Segundo análise de Jorge Alves, a colônia não formava um bloco monolítico de interesses. Existiam clivagens econômicas, políticas e sociais. Para além disso, a elite da comunidade imigrante portuguesa encontrava-se dividida por disputas que remetiam ao contexto conturbado do país natal. Num primeiro momento, devido ao acirramento da campanha republicana, mais tarde em função da crise da I República portuguesa, dentre outras questões (ALVES, 1999: 70).

Difundiou-se, assim, por parte da colônia, uma leitura unificada em torno do imigrante português, minimizando-se os conflitos e as diferenças. Reforçava-se a ideia comum de que eram todos expatriados, como se não houvesse diferenças entre uma elite rica e um grande contingente de trabalhadores pobres. Nesta imagem, “o português ligava-se por laços históricos e afetivos ao Brasil, não sendo, portanto, um estrangeiro” (ALVES, 1999: 101).

A partir disto, torna-se claro que a imagem de João de Barros acerca do imigrante português na então capital brasileira filiava-se a essa matriz. Prevalencia no seu discurso a ideia da afetividade, dos laços históricos e da proximidade cultural entre os dois países.

Considerações finais

Buscamos, ao longo do texto, apresentar o nosso personagem, João de Barros, destacando o seu engajamento na campanha luso-brasileira. Tal movimento foi contextualizado a partir das suas primeiras imagens do Brasil, registradas na obra *Energia brasileira*, de 1913.

O percurso do escritor, poeta, pedagogo, homem público e aguerrido republicano ganha sentido no contexto das redes de sociabilidade criadas entre intelectuais portugueses e brasileiros, imbuídos de um ideal luso-brasilista ou luso-brasileirista, nos finais do século XIX e primeiras décadas do XX.

detrimento do trabalhador português sempre ordeiro. Estudos mais recentes problematizaram tal leitura e recuperaram o papel do imigrante português no mundo do trabalho. Essas interpretações destacaram a atuação lusa nos movimentos operários e sindicais, tais como os imigrantes de outras nacionalidades (MARTINHO, 2002: 199-239).

A concepção luso-brasilista apoiou-se na tradição de pensamento fundamentada na interpretação lusófila da história e da cultura brasileira, vinculada às estratégias de valorização do legado português numa memória coletiva. Esse entendimento da relação cultural Portugal-Brasil mobilizou um conjunto de iniciativas individuais, coletivas e institucionais elaboradas por círculos de intelectuais, nas duas margens do Atlântico, em prol de uma fraternidade luso-brasileira, o qual teve maior difusão nas esferas afetivas e culturais. A fundação da revista *Atlântida* (1915-1920), por exemplo, deve ser pensada à luz dessas redes e parcerias em torno do aprofundamento dos vínculos culturais entre Portugal e Brasil.

Recepcionado por João do Rio em 1912, quando se deu o primeiro contato de João de Barros com terras brasileiras, o poeta mostrou-se contagiado pela chamada “energia” brasileira, que deixava as marcas do poder realizador do trabalho e do esforço humano. O conceito de energia e o sentido de exaltação à vida presente no texto de Barros referenciava-se no ideário do neo-romantismo vitalista português, o qual defendia uma literatura de intuítos, com vistas à intervenção na realidade. Em suas poesias, incitava os portugueses a ultrapassar as cantilenas em torno do passado glorioso e inventar um futuro. A partir dessa primeira viagem, o Brasil far-se-ia presente nas obras do poeta enquanto utopia e terra de luz, acenando com um sentido de porvir.

Dentre outras questões, João de Barros dedicou uma boa parte das suas impressões, registradas em *A Energia brasileira*, à questão da educação brasileira da época. Nesse debate discorreu sobre a importância atribuída ao ensino da língua portuguesa e às suas diferenças nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro. O ensino da língua era visto como fator unificador em meio a um contexto de diferentes fluxos migratórios, como os de origem italiana e alemã.

Em diálogo, por vezes tenso, com os grupos de intelectuais da época o poeta deixou, por meio de suas obras e iniciativas (viagens ao Brasil, discursos, defesa da cadeira de Estudos Brasileiros em Portugal, parceria com intelectuais brasileiros, etc.), um rico contributo acerca das imagens da relação luso-brasileira. Defendeu, com grande empenho, a necessidade de maior aproximação e conhecimento entre os dois países. Assim, ao seu ver, seria possível uma melhor compreensão acerca da história partilhada por Portugal e Brasil, lançando luz às reflexões acerca das questões vivenciadas por ambas as sociedades nas primeiras décadas do século XX.

Fontes

- BARROS, João de (1913a). *A Energia Brasileira*. Porto: Chardron.
- _____. (1913b). *Anciedade*. Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- _____. (1961). *Adeus ao Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil.
- COUTO, Ribeiro (1946). Prefácio. In: BARROS, João de. *Presença do Brasil: páginas escolhidas (1912-1946)*. Lisboa, Edições Dois Mundos, pp. XIII-XXXV.
- DIAS, Carlos Malheiro (Org.). 1921. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: Lit. Ferreira Pinto.
- HAECKEL, Ernest. *O Monismo*, Porto: Chardron, 1908. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/monismo.pdf>>. Acesso: 11 nov. 2012.
- RIO, João do (1910). *Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier.
- _____. (1911). *Portugal d'Agora*: Lisboa-Porto, notas de viagem, impressões. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier; Livreiro-Editor.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Jorge Luís dos Santos (1999). *Imigração e xenofobia nas relações luso-brasileiras (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em história). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. (2009). *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo – Um estudo de caso das relações culturais Brasil – Portugal*. Tese (Doutorado em história). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, Alberto Filipe de & ARAÚJO, Joaquim Machado de (2004). *João de Barros: 1881-1960, vida, obra e pensamento*. Porto: Estratégias Criativas.
- AZEVEDO, Manuela de (1982). *Cartas Políticas a João de Barros*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa das Moedas.
- BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Texeira (2002). *O ideário republicano nas relações Brasil-Portugal, 1880-1891*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAMILOTTI, Virginia Célia (2013). Imagens de Brasil na “Literatura de Intuitos” portuguesa. *Convergência Lusíada*, n. 29, pp. 205-215, janeiro - junho. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/2407.pdf>>. Acesso: 1 ago. 2013.
- ESTEVES DE OLIVEIRA, Clementina Maria (2001). *O Positivismo e o Ideário Educativo de João de Barros*. Porto: Publismai.
- FERNANDES, Rogério (1960). *João de Barros educador republicano*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro (1995). *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq.
- MAGALHÃES, Romero J. e REIS, Maria Alice (1979). *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*. Lisboa: Terra Livre.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (2002). O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do Rio. In: LESSA,

- Carlos (Org.). *Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record, pp. 199-239.
- MATOS FERNANDES, Raúl (1978). *Jornais do Porto: 1896-1925*. Coimbra.
- MIRANDA, Luciana L. de. “Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser”: a causa Luso-Brasileira em João de Barros, 1912-1922 (2014). Tese de Doutorado em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa (UNL). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/13092>>.
- MONTEIRO, Américo Eneas (1997). *A recepção da obra de Friedrich Nietzsche na vida intelectual portuguesa (1982-1939)*. Tese de Doutoramento em Cultura Alemã. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10857>>. Acesso: 11 jan. 2013.
- NEEDEL, Jeffrey D. (1993). *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PAULO, Heloisa (2000). *Aqui também é Portugal: A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto.
- PÉREZ, Charles (1918). *Félix Le Dantec (1869-1917)*. Paris: Librairie Félix Alcan.
- RODRIGUES, João Carlos (1996). *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui. *O Regicídio*. Lisboa, Tinta da China, 2008.
- SEABRA PEREIRA, José Carlos (1983). Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações entre literatura e sociedade no primeiro quartel do século XX. *Análise Social*. Lisboa, vol. XIX (77-78-79), pp. 845-873, 3º, 4º, 5º.
- _____ (2010). Literatura de intuítos no tempo republicano. *BIBLOS – A República e as letras*. Lisboa, vol. VIII, 2 série, pp. 337-418.
- SARAIVA, Arnaldo (1973). Os Estudos de Literatura Brasileira nas Universidades Portuguesas. *Revista da Faculdade de Letras – Filologia*, pp. 159-166. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7377.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- SERRÃO, Joel (1981). *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: FCG.
- SILVA, Isabel Corrêa da (2013). *Espelho fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa: Divina Comédia.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1987). A Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXIII (98), 4º, pp. 687-719.
- VIEIRA, Nelson H (1991). *Brasil e Portugal. A imagem recíproca (O mito e a Realidade na Expressão literária)*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Artigo recebido em 15 de junho de 2015.

Aprovado em 31 de novembro de 2015.

DOI: 10.12957/intellectus.2015.20991